



Revista de Administração Pública - RAP

ISSN: 0034-7612

deborah@fgv.br

Escola Brasileira de Administração Pública e
de Empresas

Brasil

Kliksberg, Bernardo

O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações
Revista de Administração Pública - RAP, vol. 40, núm. 5, septiembre-octubre, 2006, pp. 909-942

Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=241016428008>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

 redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

DOCUMENTO

O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações*

.....
BERNARDO KLIKSBERG**

1. Hora de renovar o debate sobre a juventude

Com freqüência apenas aparecem como referência secundária em meio a discursos ou análises mais amplas, como nota de rodapé ou como menção simpática. Merecem muito mais do que isso. Os jovens representam cerca de 40% da população da América Latina. Porém não é apenas seu peso quantitativo, eles também são o maior agente potencial de mudanças. Têm mais disposição do que qualquer outro setor social para comprometer-se com causas nobres, com ideais, com desafios coletivos. Estão desejosos de ser convocados para isso.

Ao mesmo tempo, eles têm uma facilidade especial para tomar parte nas mudanças tecnológicas aceleradas que caracterizam este século. Nasceram na nova cultura das ultramudanças, das revoluções tecnológicas contínuas, em que o computador e a internet fazem parte da forma de viver. Eles têm flexibilidade, plasticidade, desejo de participar de iniciativas.

Por outro lado, o meio em que são formados, o estímulo que recebem para participar, os valores que herdam, os modelos de referência que exercem influência sobre eles formarão os cidadãos que vão decidir, com sua atividade ou passividade, a qualidade dos sistemas democráticos latino-americanos.

* Este artigo foi escrito originalmente em espanhol para a Fundação Kellogg, responsável por sua tradução para o português.

** Professor honorário e emérito de diversas universidades do continente. Endereço: Inter-American Development Bank — 1300 New York Ave., NW, NW400, Washington, DC, 20577, EUA. E-mail: BERNARDOK@Contractual.iadb.org.

No entanto, considera-se que eles são uma etapa transitória da existência, não merecem análise nem políticas específicas.

Isso é um erro que pode ter custos consideráveis. Eles nasceram numa América Latina concreta, a dos anos 1980 e 1990, imersa em processos históricos diferentes daqueles de décadas anteriores, e em um mundo que, nas últimas décadas, sofreu transformações de enorme envergadura nos campos político, econômico, tecnológico, cultural e social. Sua vivência histórica é, portanto, diferente daquela de gerações anteriores e incide todos os dias em seus dilemas, buscas e condutas.

A aceitação de sua especificidade, da necessidade de indagar-se sobre o que pensa, sente e por que age assim essa juventude, vista com freqüência pelo prisma da desvalorização, e o alarme devido a seus possíveis conflitos são uma necessidade imperiosa para não seguir cometendo erros de abordagem e para construir caminhos que permitam mobilizar seu imenso potencial.

Assim como se deve evitar perder a especificidade da juventude, é necessário superar um segundo erro de alta persistência. Generalizá-la. É imprescindível olhar, conjuntamente, as histórias coletivas com uma análise desagregada. Numa América Latina como a dos últimos 25 anos, onde foram desenvolvidos esperançosos processos de democratização, mas, ao mesmo tempo, grandes setores da população encontram-se abaixo da linha da pobreza e as desigualdades históricas ficaram acentuadas, há diferentes “circuitos de vida” juvenis.

Ilustrando o que podem significar as disparidades da região, recente informe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud, 2004) sobre o México revela que coexistem municípios que desfrutam níveis de vida semelhantes aos dos mais avançados do planeta com outros onde predomina a pobreza extrema. Assim, a *delegación* de Benito Juárez (uma das 16 regiões em que está dividida a Cidade do México) tem um índice de desenvolvimento humano comparável ao da Alemanha, Espanha ou Itália. Em comparação, o município de Metlatonoc, no estado de Guerrero, tem um índice inferior ao da Guiné, Benin ou Tanzânia. Não é a mesma coisa para um jovem nascer em um ou outro município. Não é a mesma coisa viver numa zona rural e num centro urbano. Não é a mesma coisa fazer parte de uma família localizada nos 20% da população que têm os maiores salários e nascer entre os 30% de menores salários. Há uma grande diferença entre fazer parte da classe média alta e ser da classe média decaída para a posição inferior de “novo-pobre”. E também entre ser socioeconomicamente branco e negro ou indígena. Até mesmo o gênero continua tendo significativa importância. Uma análise realista deve indagar necessariamente esses diversos destinos do jovem que fazem surgir vulnerabilidades, riscos e oportunidades muito diferentes, e reações particulares em termos de estratégias de vida.

Com base nessas coordenadas, este artigo visa contribuir para o debate sobre os jovens latino-americanos e seu futuro, convocado pioneiramente pela Fundação Kellogg, em seu 75º aniversário, apresentando elementos de juízo sobre alguns aspectos-chave.

Em primeiro lugar, propõe-se reconstruir certos aspectos do cenário econômico e social global da região, os quais têm alta incidência sobre os jovens, marcando alguns dos impactos sobre sua vida cotidiana. Em segundo, procura-se focalizar alguns dos quadros problemáticos mais graves que estão sendo gerados. Em terceiro, são encarados certos mitos circulantes sobre os jovens, que simplificam e distorcem a percepção da realidade e travam a identificação de soluções efetivas. Por último, extraem-se as conclusões finais e são apontadas algumas políticas que poderiam melhorar estruturalmente a situação.

O momento atual é histórico e muito indicado para renovar a discussão sobre a juventude e passar de clichês a dados objetivos e análises profundas. No terreno político há um forte movimento em direção à democratização que se inicia nas bases da sociedade civil, que terá muito mais força se conseguir obter a participação maciça dos jovens. No campo econômico, foi criada uma “janela de oportunidade” ao se reduzirem significativamente as taxas de fecundidade da região e diminuir a pressão demográfica. No campo social, a sociedade está colocando no centro da agenda pública a necessidade de priorizar de uma vez a luta contra a pobreza e contra a desigualdade, que tem entre suas vítimas preferenciais os jovens.

O momento atual é histórico e muito indicado para renovar a discussão sobre a juventude e passar de clichês a dados objetivos e análises profundas.

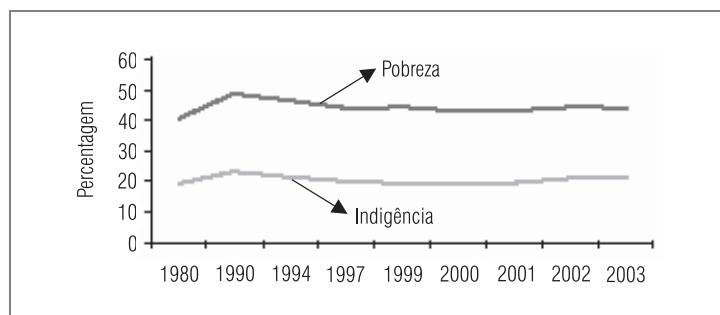
2. Os jovens de um continente com graves problemas sociais

A década de 1980 foi denominada “década perdida para o desenvolvimento da América Latina”, por causa de seus baixos níveis de crescimento e do aumento da pobreza. Os anos 1990 foram chamados de “década perdida para a eqüidade”, por causa da explosão de desigualdade que a caracterizou. O último quinquênio, 1998-2003, foi chamado “a meia década perdida”, pelas deteriorações que se produziram em indicadores básicos. A recuperação de 2004 remediou em muito baixa proporção as tendências anteriores. Nesse quadro global, alguns dos desenvolvimentos de maior peso na vida coletiva e na situação dos jovens foram os mencionados a seguir.

O aumento de jovens na pobreza

Com oscilações, a América Latina tem mantido, desde o início dos anos 1980, altos níveis de pobreza e uma tendência persistente ao seu crescimento absoluto e, em alguns casos, relativo. Isso sucedeu também à pobreza extrema, como pode ser visto na figura 1.

Figura 1
Incidência da pobreza e da indigência na América Latina
— 1980-2003 (pessoas em %)



A elevada taxa de pobreza existente em 1980, correspondente a 40% da população, foi superada em 2003, quando alcançou 44% dela. Entre 2000 e 2003 o número de pobres aumentou em 20 milhões e deteriorou-se ainda mais a pobreza, pois 14 milhões deles eram indigentes, pessoas que se encontram na pobreza extrema.

Os jovens, apesar de suas supostas vantagens relativas em termos de adaptabilidade às novas tecnologias e de flexibilidade, foram fortemente impactados pelo aumento da pobreza. Entre 1990 e 2002, o número de jovens pobres aumentou em 7,6 milhões, chegando a 58 milhões. Os indigentes jovens subiram 800 mil, alcançando a cifra de 21,2 milhões.

Os jovens pobres representavam, em 2002, 41% de todos os jovens, e os jovens indigentes, 15% de todos os jovens. Os números referentes às mulheres jovens eram 2,7% maiores que os dos homens em relação à pobreza e 1,3% piores em indigência.

Entre outros casos, num país com tanto potencial econômico como a Argentina, as políticas dos anos 1990 fizeram milhões de jovens caírem na

pobreza. Em 2003, 54% de todos os jovens entre 14 e 22 anos eram pobres. No Panamá, segundo o Informe Nacional sobre Desenvolvimento Humano de 2002 (Castillo, 2004), 57% dos pobres eram menores de 20 anos.

A distância entre os jovens rurais e os urbanos era muito pronunciada, como se pode ver na tabela 1.

Discriminação	População jovem		População total	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Pobreza				
▼ Média ponderada	33,4	54,8	34,9	57,9
▼ Média de países	37,3	55,6	40,7	59,9
Indigência				
▼ Média ponderada	8,9	27,9	10,7	33,4
▼ Média de países	13,0	33,2	16,0	38,2

Fonte: Cepal (2004). Com base em processamentos especiais de pesquisas em domicílio.

Mais da metade dos jovens rurais era pobre, e mais de um entre cada quatro, indigente. Mesmo assim entre os jovens negros e os jovens indígenas os números eram muito superiores às médias gerais.

A difícil inserção no mercado de trabalho

A taxa de desemprego subiu pronunciadamente nas últimas duas décadas, passando de 6,1% em 1980 para 8,3% em 1990 e a 10,9% no ano 2000. Mas o aumento foi ainda maior nos grupos jovens, apesar de suas supostas vantagens relativas. O mercado de trabalho se fez cada vez mais inacessível para amplos setores de jovens.

Segundo as estimativas de Abdala (2002), no ano 2000 o desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos era 2,5 vezes mais elevado que o desemprego ge-

ral. Tomando-se o grupo de jovens de 15 a 19 anos, a situação piorava e quadruplicava. Segundo os dados da Organização Ibero-Americana da Juventude (Reyes, 2004), o desemprego entre os jovens é cinco vezes maior do que o verificado entre os adultos maiores de 45 anos. De acordo com sua estimativa, de cada 100 novos contratos de trabalho que aparecem na América Latina, 93 são para adultos e apenas sete para jovens, estes últimos, além disso, sendo em sua maioria de tempo parcial.

Tokman (1997) faz uma observação adicional de alta relevância. Ele revela que quando há crescimento econômico significativo, as taxas de desocupação baixam, mas as dos jovens demoram mais para diminuir. Pelo contrário, quando a economia se contrai, e aumenta o desemprego, a taxa correspondente aos jovens sobe mais rápido. A expansão do desemprego juvenil é uma das “variáveis de ajuste” mais utilizadas com as correspondentes consequências regressivas para eles. A incidência do desemprego teria um claro caráter socioeconômico, como pode ser observado na figura 2.

Em 2002, a taxa subiu para 28,2% entre os 20% mais pobres da população (era de 8,7% entre os 20% mais ricos).

Por outro lado, no último grupo, um segmento significativo do desemprego deriva da sua tendência a prolongar os estudos para se preparar melhor para o acesso ao mercado de trabalho por causa das crescentes demandas por qualificação. No grupo mais pobre, ocorre a tendência inversa. Começa-se a trabalhar o quanto antes, até mesmo deixando os estudos, para gerar algum tipo de salário. No entanto, sua taxa de desemprego igualmente é três vezes mais alta que a da faixa mais alta.

Juntamente com o desemprego é observado entre os jovens um crescimento dos empregos de baixa produtividade. Trabalham por conta própria, sem crédito, apoio tecnológico ou inserção sólida no mercado: vendedores ambulantes, empregadas domésticas e outros trabalhos da economia informal. Esses empregos representavam, no ano 2000, 69,1% dos jovens ocupados entre 15 e 19 anos e 49,4% daqueles entre 20 e 24 anos.

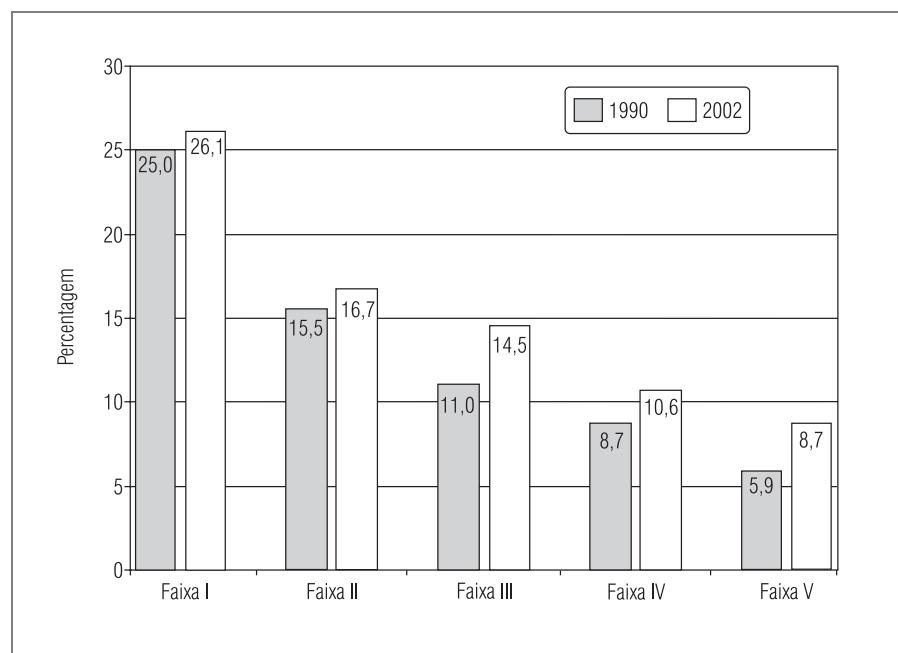
A situação é muito diferente na divisão por faixas de salários, como pode ser verificado na figura 3.

Os trabalhos de baixa produtividade quase duplicam na primeira faixa, mais pobre, em comparação com os da quinta faixa, o que implica que os jovens bem preparados foram os que optaram numa proporção muitíssimo maior pelos trabalhos de alta e média produtividades que geraram as economias da América Latina entre 1990 e 2002.

As condições difíceis do mercado de trabalho criaram também fortes tendências à precarização do trabalho. Houve um grande aumento de contratações de mão-de-obra que não obedeciam às normas legais e formou-se um vasto segmento de pessoas cujos salários não lhes são suficientes para superar o limiar de pobreza, ainda que tenham trabalho.

Figura 2

América Latina (17 países): taxa de desemprego entre os jovens de 15 a 29 anos de idade, segundo a divisão por faixas de renda *per capita* doméstica, total nacional, no período 1990-2002 (médias simples)



Fonte: Cepal (2004). Com base em cálculos especiais das pesquisas em domicílio.

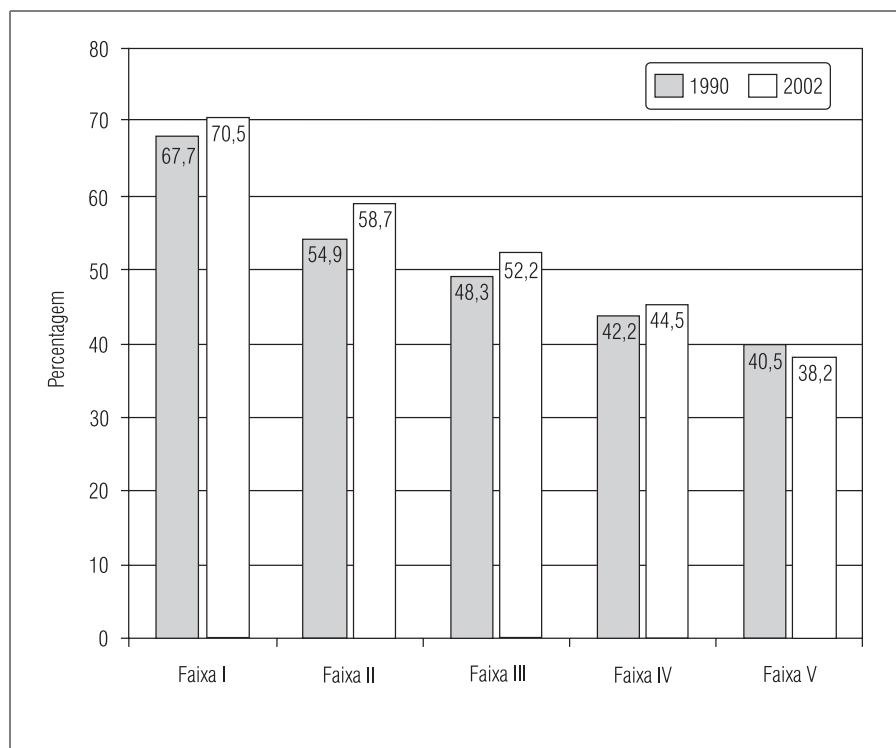
Até mesmo os empregados da economia formal têm dificuldades de sobrevivência. Assim, os salários mínimos eram, em 1997, 30% menores que os de 15 anos atrás (Tokman, 1997).

A influência desses processos sobre os jovens num mercado tão tenso para eles foi muito intensa. Muitos deles encontram-se nessas modalidades.

Segundo os cálculos de Abdala (2002), esses problemas têm uma expressão mais severa ainda para as mulheres. A atividade laboral feminina cresceu fortemente, mas a taxa de desemprego da mulher é cerca de 50% maior que a dos homens, e a informalidade, cerca de 12% mais alta.

Figura 3

América Latina (16 países): percentagem de jovens entre 15 e 29 anos de idade em empregos de baixa produtividade, segundo a divisão por faixas de salário *per capita* dos lares, no período 1990-2002 (médias simples)



Fonte: Cepal (2004). Com base em cálculos especiais das pesquisas em domicílio.

Percursos de vida muito desiguais

A América Latina é descrita como a região mais desigual do mundo. Os números da distribuição sempre regrediram na região, mas a situação piorou ainda mais nas últimas décadas. Segundo uma análise recente (Filgueira, 2004), “o novo modelo de crescimento da América Latina altera em conjunto a maioria dos países da região até um nível mais alto de concentração dos salários, independentemente de suas conquistas no campo econômico”.

Efetivamente, estima-se que os 10% mais ricos possuam 48% dos salários da região e os 10% mais pobres, apenas 1,6%. Os índices de Gini de distribuição dos salários da região mostram que equivalem a menos da metade dos do mundo desenvolvido, e são os piores do mundo.

Em 2002 eram: Brasil, 0,64; Bolívia, 0,61; Argentina, 0,59; Honduras, 0,59; Nicarágua, 0,58; Paraguai, 0,57. Mesmo os mais baixos — Uruguai (0,46) e Costa Rica (0,49) — são maiores que os piores do Sudeste asiático e da Europa oriental.

A desigualdade latino-americana não se expressa apenas na distribuição dos salários. Percorre todas as dimensões da estrutura social. Os índices de Gini de acesso à propriedade da terra são ainda piores que os de distribuição dos salários. Desse modo, é profundamente desigual a possibilidade de acesso ao crédito. As pequenas e médias empresas recebem menos de 5% do crédito outorgado pelo sistema financeiro, apesar de serem as principais empregadoras da região.

São desiguais os indicadores vitais mais básicos do campo da saúde, como a mortalidade infantil, a mortalidade materna e a esperança de vida. Enquanto apenas 10 de cada mil crianças morrem na Costa Rica antes de completar cinco anos, essa taxa sobe para 99 na Bolívia e para 146 na faixa mais pobre da população desse país. A proporção é de 52,1 para cada mil na República Dominicana, 47,3 em Honduras e 44 na Nicarágua. Estima-se que 300 mil crianças de menos de cinco anos morram a cada ano na América Latina e no Caribe de doenças que são facilmente evitáveis ou podem ser tratadas.

É altamente desigual o acesso à educação de boa qualidade e à tecnologia.¹

Tudo isso se reflete nos setores jovens da população. Os “trajetos de vida” são totalmente diferentes segundo o estrato social a que pertencem. Os setores de estratos altos podem aspirar a ter níveis de educação, saúde, trabalho e moradia semelhantes aos de jovens de países desenvolvidos. Por outro lado, os jovens mais pobres vêem sua vida drasticamente marcada pela falta de oportunidades oferecidas pela sociedade. Devem começar a trabalhar com uma idade precoce, suas possibilidades de cursar estudos primários e secundários são limitadas, correm riscos significativos na saúde, não possuem rede de relações sociais que possa impulsioná-los, não há crédito para eles, sua inserção no mercado

¹ O autor aprofunda a análise das desigualdades latino-americanas em suas obras *Más ética, más desarrollo* (Buenos Aires: Temas, 2004) e *Desigualdade na América Latina* Unesco, Cortez, (Brasília: 2000).

de trabalho é muito problemática, dificilmente conseguem sair da situação de privação de suas famílias.

Em sociedades como as latino-americanas, onde se aprofundou a desigualdade, a mobilidade social tendeu a congelar-se. Amplas camadas das classes médias viram-se em perigo. O empenho dos jovens não se concentrou, como em décadas passadas, em ascender socialmente, mas em ajudar seus familiares a sobreviver, e não empobrecer. Isso implicou abandonar os estudos universitários, sair para trabalhar com idades mais baixas e, algumas vezes, conduzir finalmente à migração. No ano 2000, estimava-se que viviam nos EUA 1,9 milhão de jovens procedentes da América Latina e do Caribe.

São sociedades muito polarizadas, com diferentes modos de viver o período da juventude, e, em muitos casos, repressoras dos seus potenciais e causadoras de forte angústia e sofrimento pessoal.

Por outro lado, há a coexistência, a percepção de que ao mesmo tempo em que existem jovens que estão quase à beira do desespero há aqueles que nem mesmo sabem o que fazer com os bens incontáveis à sua disposição. Isso cria na sociedade fortes tensões, as quais buscam uma saída.

Os jovens e a família

Qual o impacto que esses processos têm na família? Ela continua a ser a unidade essencial para os jovens. Várias pesquisas recentes corroboraram seu peso fundamental na afetividade, na saúde psíquica, no equilíbrio emocional, na maturidade, na inteligência emocional, na capacidade de aprendizagem e em outras áreas-chave.

Os jovens latino-americanos continuam a ter sua incontestável importância.

Pesquisas em domicílio do ano 2002 indicam que a grande maioria dos jovens de 15 a 29 anos vive com sua família. A estrutura da família pode ser vista na tabela 2. Apesar de seus detratores, a família nuclear continua constituindo 58% das famílias da América Latina. Somando as famílias estendidas, ambas representam 91,5% de todas as famílias.

Vivem com sua família 87,7% dos jovens do Chile; 84%, da Colômbia; 68,8%, da Bolívia; e 80%, do México. Os períodos de permanência junto da família não se reduziram, mas aumentaram, o que pode estar relacionado, entre outras razões, às dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Pesquisas indicam terminantemente o grande valor que os jovens dão ao núcleo familiar. Apesar da desconfiança de várias instituições da socieda-

de, a família permaneceu como seu reduto afetivo, o lugar onde podem expressar-se plenamente, dar voz a suas confidências e encontrar guias e orientação.

Tabela 2
América Latina (17 países) – tipos de família e de lar dos jovens entre 15 e 29 anos, no período 1999-2002 (em médias simples)

Discriminação	Tipos de lar/família					Total
	Nuclear	Estendida	Composta	De uma pessoa	Lar sem núcleo	
Total de jovens — 2002	56,0	33,5	3,3	1,1	4,2	100
Total de jovens — 1999	57,2	34,6	2,9	1,0	4,2	100
Total de homens — 2002	58,4	32,2	3,1	1,5	4,8	100
Total de homens — 1999	57,5	33,5	2,9	1,5	4,6	100
Total de mulheres — 2002	57,5	34,7	3,4	0,7	8,7	100
Total de mulheres — 1999	56,9	35,7	2,9	0,6	8,8	100
Total de chefes — 2002	69,4	10,6	1,7	9,1	9,2	100
Total de chefes — 1999	68,3	11,6	1,8	9,0	9,4	100
Total de chefes homens — 2002	73,3	9,9	1,8	7,8	7,2	100
Total de chefes homens — 1999	72,5	11,1	1,7	7,8	7,0	100
Total de chefas — 2002	52,0	14,1	1,5	14,3	18,1	100
Total de chefas — 1999	48,5	14,5	2,0	14,6	20,4	100

Fonte: Cepal (2004). Com base em cálculos especiais das pesquisas em domicílio.

Confiam particularmente nas mães, em seguida nos pais e irmãos; 33,5% dos adolescentes e jovens bolivianos contam seus problemas à mãe, 13,3%, aos irmãos, e 9,6%, ao pai. Dos jovens chilenos, cerca de 56,5% fazem confidências à mãe, 24,2%, aos irmãos, e 23,6%, ao pai.

Contrastando com a imagem de conflito das novas gerações com suas famílias, esses são os dados concretos sobre como os jovens do México e da Bolívia consideram sua relação com os pais.

Tabela 3
México e Bolívia – relação com os pais (%)

Relação	México		Bolívia ^a	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Boa	73,7	88,9	77,4	90,2
Regular	15,3	7,9	17,0	8,5
Ruim	1,8	1,1	4,5	0,9
Outras ^b	9,2	2,1	—	—

Fonte: Pesquisas sobre a juventude de ambos os países. Incluída em Cepal (2004).

^a Na pesquisa boliviana foram agrupadas as categorias “muito boa”/“boa” em “boa”; “ruim”/“péssima” em “ruim”.

^b Inclui as categorias “não convivo com ele/ela”, “não especificado” e “informação inexistente”, que se encontram na pesquisa mexicana.

Como se pode perceber, as relações são bastante positivas. Apenas uma percentagem muito pequena — inferior a 2% no México e a 5% na Bolívia — tem relações ruins com o pai, e o número diminui para 1% em relação à mãe.

O que os jovens valorizam na família? O apoio e o carinho aparecem em diversas realidades, como as do México e do Chile, como aspectos centrais. Pesquisas indicam também que os jovens vêem a família como um espaço harmônico em que os conflitos são solucionados principalmente por meio do diálogo.

Uma das maiores desigualdades que se apresenta na região, silenciosa, quase inadvertida, é a pronunciada desigualdade de acesso a esses benefícios únicos que provêm do núcleo familiar. A pobreza pode causar tensão e destruir famílias. O “estresse socioeconômico”, que significa desocupação permanente, precariedade e o fato de serem obrigados a conviver com muitas pessoas, agrava extremamente o clima familiar.

O papel do pai, como a principal fonte de receita, pode ser totalmente desvirtuado quando não consegue ter acesso a emprego permanente e sua autoridade familiar é deslegitimada. Nessas situações, desocupado, com poucas perspectivas de trabalho, ciente de que a família espera dele algo que não pode dar e da perda do seu papel, em diversos casos ele “foge” da família.

Aparece assim uma figura muito comum nos lares humildes da região: a mãe pobre, sozinha, e chefa do lar. Essas mães, a maioria das quais jovens, realizam na América Latina um trabalho excepcional, defendendo o núcleo familiar mediante sacrifícios desmedidos. Estimativas da Cepal revelam que o montante de pobreza na região seria 10% maior se não fosse o imenso esforço dessas valorosas mães. No entanto, elas não conseguem suprir a carência de uma figura masculina e de um ambiente familiar completo, que tanto pode contribuir para os jovens.

Não são apenas as famílias pobres que são destruídas. Em recentes processos de pauperização da região, foi gerada um altíssimo grau de conflito nos lares de classe média que se tornaram pobres em poucos anos. Esse foi o caso da Argentina nos anos 1990. Estima-se que, nesse período, mais de 7 milhões de pessoas — 20% da população — deixaram de pertencer à classe média para passar a viver abaixo da linha da pobreza. São chamados de “novos-pobres”. Segundo um estudo da Universidade de Buenos Aires (Tausk, 2002), em diversas famílias em que há desocupação prolongada, como ocorreu em muitos desses casos, no final “o cônjuge masculino tende a se autodestruir e a destruir seu núcleo familiar”. Essas tensões podem afetar severamente os jovens. Elas repercutem tanto em suas famílias de origem quanto nas novas famílias que pretendem formar.

Um aspecto muito grave dos efeitos da desigualdade latino-americana é “a taxa de rejeição”. Esse indicador mede o número de casais jovens que gostariam de constituir uma família, mas não o fazem por causa das incertezas econômicas, dificuldade de contar com moradia, baixas possibilidades de ter um emprego e outros fatores semelhantes. Kaztman (1997) encontrou no Uruguai alta correlação entre a diminuição real dos salários e o aumento das taxas de rejeição. Os graus de desigualdade na América Latina explodem nos jovens que se encontram nesse nível elementar, o de criar situações muito diferentes quanto à possibilidade de formar uma família e de sustentá-la depois de criada.

Educação e exclusão social

Há pleno consenso de que os níveis de educação são estratégicos para os países, para as famílias e para as pessoas. As tendências estatísticas das últimas décadas indicam a superioridade competitiva dos países com maiores conquistas na educação, a oferta de oportunidades melhores para as famílias que tenham melhor formação escolar e melhores salários, que significam mais capital para investir na educação. A Cepal estimou que, nas condições atuais,

são necessários 12 anos de escolaridade para ter credenciais mínimas com vistas a obter um trabalho que esteja acima da linha da pobreza.

Por outro lado, juntamente com sua importância para o trabalho, a educação aparece como fonte de outros patrimônios. Estudos indicam que há uma grande correlação entre educação e indicadores de saúde. Maior patrimônio educacional permitirá o exercício cotidiano de uma cultura de saúde mais avançada. Mesmo assim a educação ajuda a formar capital social. Melhores níveis educacionais permitirão acesso a redes de relações mais amplas e qualificadas.

Definitivamente, a educação é para os países, as famílias e as pessoas uma grande reserva de oportunidades de desenvolvimento.

Além disso, nunca é possível deixar de considerar que ela é um fim em si mesma — é o caminho de mobilização e realização de alguns dos potenciais mais ricos do ser humano.

Tudo isso tem um significado especial para os jovens. Suas experiências escolares e as possibilidades de acumular capital educacional relevante vão condicionar de forma importante a sua vida de trabalho futura. Também vão incidir no seu capital de relações. Por outro lado, a educação é para eles o grande marco de inclusão social, depois da família. Entre os companheiros, são criadas as amizades e os aspectos básicos da sua personalidade.

A população da América Latina tem na educação uma de suas principais queixas. No processo de democratização, os investimentos nesse campo aumentaram e foram obtidos consideráveis progressos na esfera do acesso à escola primária e no declínio das taxas de analfabetismo.

No entanto, os resultados dos sistemas educacionais da região continuam muito distantes das metas desejáveis. Desse modo, demonstram uma brecha cada vez mais pronunciada em relação às conquistas dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. Enquanto nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 85% dos estudantes terminaram a escola de nível médio, na América Latina apenas 1/3 deles concluem essa fase. Segundo a Cepal (2004), completaram a escola de nível médio apenas 34,8% dos jovens de 20 a 24 anos e 32,6% dos jovens de 25 a 29 anos.

Atualmente, quase todas as crianças ingressam na escola primária, mas a taxa de evasão, repetência e atraso escolar é muito alta. Em 2002, a média latino-americana de conclusão do ensino primário foi de 66,7%, e em um conjunto de países chegou a apenas 50%.

Como consequência disso, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1999 apenas 33,6% da população juvenil tinha mais de

10 anos de escolaridade; 40,3%, de 6 a 9 anos; e 24,3%, de 0 a 5 anos. Em 2002, apenas 6,5% dos jovens de 25 a 29 anos concluíram a faculdade.

A segmentação social da América Latina apresenta pontos muito graves na área educacional. A evasão, a repetência e o atraso estão concentrados nas regiões de menor demanda e foi criada uma enorme brecha entre as regiões de menor e maior demanda.

Segundo estimativas do BID (1998), os 10% mais ricos da população têm 12 anos de escolaridade e os 30% mais pobres, cinco anos. Se tomarmos os 10% mais pobres, a brecha se amplia: apenas quatro anos de escolaridade.

A maioria dos jovens de origem humilde fica pelo caminho. Dos 20% mais pobres da população, apenas 47,9% completam a escola primária. Metade não conclui. Dos 20% mais ricos, 80,5% conseguem terminá-la. Na escola secundária, apenas 12% dos 20% mais pobres da população conseguem completá-la — um entre cada 10 jovens de origem humilde. Dos 20% mais ricos, 58,2% consegue. Finalmente, apenas 0,9% dos 20% mais pobres termina a faculdade, ou seja, um entre cada 100. Dos 20% mais ricos, a quinta parte consegue terminá-la.

Quando se introduz a etnia, a situação torna-se ainda mais grave. A juventude indígena sofre ainda mais fortemente essas exclusões. Na Guatemala, a taxa de repetência na escola primária entre alunos indígenas é de 90%. Na Bolívia, as crianças de língua indígena têm o dobro de probabilidade de repetir do que os de língua hispânica (Unicef, 2004b).

As causas da evasão se devem a questões muito concretas. Têm relação, entre outros fatores, com a precariedade econômica da família, que obriga muitas crianças e jovens a abandonar os estudos parcial ou totalmente para contribuir com algum salário para a família, com a própria debilidade do núcleo familiar para acompanhar o jovem e com seu escasso capital educativo. Oitenta por cento dos jovens das cidades da América Latina vêm de famílias cujos pais não têm 10 anos de escolaridade.

A brecha educacional na juventude latino-americana não é apenas quantitativa, não se trata somente de mais anos de escolaridade. Há também importantes aspectos qualitativos. É muito diferente o tratamento educacional que recebem os diversos setores, como foi documentado em várias pesquisas. Entre outros aspectos, aqueles que freqüentam escolas privadas têm mais horas de aulas, docentes mais bem remunerados, mais recursos de apoio e melhor infra-estrutura do que podem oferecer as escolas públicas.

Dentro da educação pública as diferenças podem ser significativas. Aparecem até mesmo num país de alto desenvolvimento educacional como a Argentina, que está fazendo atualmente grandes esforços pela eqüidade na educação. Um estudo recente (Cippec, 2004) aponta que

os meninos de camadas sociais mais desfavorecidas freqüentam as escolas mais descuidadas pela prefeitura, que possibilitam menos acesso a computadores e equipamento, com docentes mais jovens e com menor experiência, repetem mais as séries na escola primária, têm piores resultados de aprendizagem no nível médio.

Esse quadro se reproduz em toda a América Latina com muito mais gravidade. Os jovens das áreas rurais e de bairros mais pobres tendem a receber uma educação com condições gerais mais desfavoráveis, com menos horas de aula anuais e com menos recursos de suporte. Adicionalmente, os educadores enfrentam problemas muito mais graves, como o que descreve uma professora primária de Salta, Argentina (*La Nación*, 2004), chamando a atenção para a quantidade de tarefas extrapedagógicas que lhes cabe desempenhar, como “o controle nutricional dos meninos, a presença efetiva nas aulas, a violência familiar e a alimentação”.

Na situação real de uma América Latina, a promessa da educação se transforma em ilusão para amplas classes de jovens. De 60% a 80% dos jovens não chegam à escolaridade formal mínima necessária para ter acesso aos requisitos atuais do mercado

Na situação real de uma América Latina com essas questões abertas, a promessa da educação se transforma em ilusão para amplas classes de jovens. De 60% a 80% dos jovens não chegam à escolaridade formal mínima necessária para ter acesso aos requisitos atuais do mercado de trabalho. Sua carga de aprendizagem é, além disso, de baixa qualidade. Isso reforça de várias maneiras as outras segmentações vigentes nessa região tão desigual.

O abismo digital

A internet aparece como uma janela de oportunidades para os jovens do início do século XXI. Abre a eles imensas possibilidades de reforçar seu trabalho na escola, seu conjunto de bens educativos, de receber informações extracurriculares que enriqueçam sua base formativa, de ter acesso rapidamente a informações sobre trabalho, de capacitação e, em geral, de aumentar radicalmente sua conectividade.

Por outro lado, os jovens contam com vantagens muito claras nessa área sobre as gerações de mais idade. Nasceram na cultura da internet, e seus potenciais de inserção e criatividade com ela costumam superar amplamente os dos adultos. Sua expansão na América Latina, mesmo que bem distante das médias dos países desenvolvidos, tem sido vigorosa. No entanto, aqui, novamente as segmentações impõem severos limites ao acesso da juventude a esse instrumento que tanta contribuição pode trazer.

A estratificação dos acessos mostra a presença de grande abismo digital. Assim, por exemplo, dados recentes da Argentina (Cepal, 2004) indicam que dos 10% mais ricos da população oito entre cada 10 pessoas têm acesso à internet, mas dos 10% mais pobres apenas uma, e dos 30% mais pobres apenas três.

A distância do abismo pode ser percebida com toda a clareza em outro indicador muito sugestivo. Nas camadas altas e médias altas existe o acesso à internet em computadores de propriedade do jovem ou de sua família, na maior parte dos casos nas próprias casas. Nas camadas pobres, em locais públicos, onde o acesso é pago.

Uma política pública vigorosa que democratize as possibilidades de incorporação ao espaço virtual, abrindo oportunidades de aprendizagem e gerando uma ampla rede de locais de acesso gratuito, como foi feito em outras décadas com as bibliotecas públicas, poderia claramente ter um papel fundamental para abrir esse caminho tão próximo aos jovens a muitíssimos outros que agora são excluídos dele.

A isso deveria ser acrescentado um fortalecimento das possibilidades de reforço da cobertura e ofertas do sistema escolar, que pode significar a inclusão do computador na sala de aula e na educação a distância.

Riscos de saúde para os jovens na pobreza

As condições da saúde pública são um produto social. Estão vinculadas ao que uma sociedade faz em áreas como a criação de condições básicas favoráveis à saúde, a implementação de programas sistemáticos de saúde preventiva, a geração de uma cobertura de saúde universal. Assim como foi assinalado por Sen (1981), um problema tão essencial à saúde como a desnutrição não tem a ver apenas com a disponibilidade de alimentos, mas também com todas as reestruturações sociais que permitem ou dificultam que esse direito elementar seja satisfeito.

A saúde dos jovens latino-americanos está imersa no cenário socioeconômico já delineado, que cria condições de risco significativas para amplos contingentes de jovens.

São inegáveis os avanços em saúde no continente ligados ao progresso geral das ciências médicas e a esforços importantes das políticas públicas e outros setores da sociedade; no entanto, também apontamos um grande desafio: a desigualdade na saúde. Quando se verificam as médias, encontramos grupos de alta vulnerabilidade, nos quais os jovens têm uma representação desproporcional em diversos problemas.

Há, assim, um perfil de risco de saúde próprio do jovem pobre, que constitui, como foi mencionado, mais de 40% de todos os jovens, e outro perfil do jovem de outros estratos sociais, com uma distância considerável entre ambos.

Entre os maiores riscos que afetam os jovens marginalizados, rurais, indígenas e afro-americanos, encontramos os seguintes, que fazem parte da sua vida cotidiana.

A pobreza influencia diretamente a esperança de vida. As privações em matéria de desnutrição, a vida em ambientes expostos a toda ordem de poluições, as dificuldades de acesso à água potável, os déficits de saneamento, a carência de assistência médica são alguns dos tantos fatores vinculados à pobreza que podem gerar limiares de vulnerabilidade muito maiores.

Há uma significativa correlação entre níveis de educação e esperança de vida. Em estudos feitos no Chile (Vega, 2003) fica evidente que a diferença na esperança de vida entre aqueles que têm entre um e oito anos de escolaridade e aqueles que têm 13 ou mais se aproxima dos nove anos. O mesmo tipo de tendência foi corroborado em outras realidades. Além disso, os dados indicam que esse indicador está subindo. Escolaridade maior tem um significado crescente em termos de prevenção de riscos de saúde. As graves brechas educacionais entre os jovens antes referidas vão ter influência, portanto, em suas condutas em matéria de preservação de sua saúde.

As mães jovens, que são uma proporção importante nas camadas mais humildes, padecem de riscos muito mais altos que a média das mães da população. Seus níveis de desproteção durante a gravidez, e no próprio parto, são consideravelmente superiores às médias. Segundo dados do Banco Mundial (2004), entre os 20% mais pobres da população 43% das mães não recebem assistência especializada durante a gravidez e 60% não a usufruem no parto. Isso causa um impacto nos índices de mortalidade materna entre as jovens desfavorecidas e riscos de danos no parto. Estima-se que em 2003 tenham morrido 23 mil mulheres latino-americanas no momento de dar à luz, proporção 28 vezes maior que as médias dos países desenvolvidos.

Existe um grande alarme em relação ao HIV/Aids na América Latina. Sua incidência na mortalidade de jovens — 2,9 a cada 100 mil — é objeto de preocupação. Estima-se que a esse índice deva-se acrescentar a existência de cinco a sete portadores soropositivos. Entre os fatores que contribuem para essa situação se encontram alguns vinculados à pobreza, como a obrigação de conviver com muitas pessoas no mesmo lar, a promiscuidade e a instalação de grupos de drogas em regiões mais pobres. Por outro lado, mesmo que de 70% a 73% da população esteja informada da doença e de como ocorre a sua transmissão, menos de 10% adotam medidas para a prevenção, o que implica a realização de um enorme trabalho na educação dos jovens a esse respeito.

Na América Latina recrudescem os problemas do tráfico de pessoas e da prostituição juvenil, estimulados por interesses econômicos, pelo chamado “turismo sexual” e pelos grupos de marginais envolvidos com drogas, que destroem milhares de vidas jovens, e entre os danos que causam podemos citar maior vulnerabilidade à Aids. Assim, na República Dominicana, onde tem havido constantes denúncias sobre isso, observa-se que a taxa de mortalidade de mulheres jovens por HIV/Aids é 300% maior do que a de homens jovens: 12,2 mulheres a cada 100 mil, comparado com 3,9 homens.

A mortalidade juvenil na América Latina apresenta um traço patológico muito especial. É alimentada pela violência. A mortalidade juvenil é de 134 a cada 100 mil. Quase o triplo da espanhola, que é de 49 a cada 100 mil. Estima-se que de cada 100 falecimentos de rapazes jovens 77 sejam atribuídos a causas violentas (Cepal, 2004). Entre as mulheres, são 38 a cada 100. A região parece de uma violência juvenil de tipo epidêmico. Ante um fenômeno tão regressivo e antijuvenil, convém evitar os tratamentos superficiais e procurar uma análise mais profunda que explore suas correlações com outros desenvolvimentos importantes do cenário socioeconômico, como os que foram apontados, entre eles os altíssimos níveis de desocupação juvenil, as dificuldades educacionais e a fragilidade de muitas estruturas familiares sob o embate dos processos de pauperização.

A tendência à privatização dos serviços de saúde e a redução das assistências médicas públicas deixaram muitos jovens fora das possibilidades de cobertura que seus núcleos familiares possam prover ou que eles possam adquirir por si mesmos. Nos núcleos familiares abatidos por várias restrições econômicas, a saúde é um dos gastos que tendem a ser marcadamente reduzidos. Por outro lado, jovens com as dificuldades de inserção mencionadas anteriormente têm sérios problemas para investir em seguros de assistência médica. Tudo isso os deixa sujeitos a uma alta vulnerabilidade.

Normalmente, as análises sobre a saúde dos jovens são centradas em aspectos físicos. Assim, é menosprezado o fato de que os jovens necessitam,

com freqüência, de apoio psicológico. Em situações tão “difíceis” em termos de restrições de oportunidades, sobrevivência, tensões contínuas como as que derivam do contexto econômico atual, a demanda latente por ajuda psicológica é potencialmente muito maior. No entanto, esse tipo de assistência para os jovens foi relegado a um plano secundário em toda a América Latina e não aparece sequer como prioridade.

Em geral, a situação da saúde juvenil é caracterizada pela presença de amplos setores de jovens com dificuldades potenciais ou explícitas de saúde de tipo bem específico, que são muito pouco focalizadas pelas políticas oficiais de saúde e pela sociedade.

Apenas são atendidos adequadamente quando passam por graves problemas, mas não lhes é dado o reconhecimento devido em termos de políticas preventivas sistemáticas, com metas a longo prazo.

As tendências traçadas sumariamente na questão da pobreza, desocupação, desigualdade, educação e saúde geram dificuldades cotidianas para muitíssimos jovens latino-americanos desenvolverem suas potencialidades.

Conduzem, em diversos casos, a quadros problemáticos que não têm explicação nas decisões ou condutas dos jovens, mas no modo como essas tendências condicionam severamente seus âmbitos de opção. Examinamos alguns deles a seguir.

Eles testemunham a imprescindibilidade de se implementar com todo o empenho políticas coerentes que destravem os graves “bloqueios de oportunidades” que geram aqueles quadros.

Os jovens presos no contexto

Muitos jovens latino-americanos chegam hoje a verdadeiros “becos sem saída” em aspectos-chave da sua existência, transformando-se em “problemas” para a sociedade. Por trás desses problemas há jovens promissores, que são levados a situações muito penosas pelos modos de funcionamento dos contextos nacionais. Descrevemos a seguir, superficialmente, alguns desses quadros problemáticos.

Os jovens que ficaram de fora

Milhões de jovens latino-americanos estão fora do mercado de trabalho e ao mesmo tempo do sistema escolar. Estimativas indicam que essa é a situação de 23,6% dos jovens entre 15 e 29 anos de idade: um de cada quatro jovens

é, portanto, um excluído social. Um estudo com base em pesquisas em domicílio de 15 países constata que, entre os jovens de 15 a 24 anos, os que não estudam nem trabalham representavam entre 12% e 40% dos lares pobres (Celade-Cepal, 2000). Entre outros, num país como a Argentina, era estimado, no ano 2002, que mais de 400 mil crianças e adolescentes abandonaram anualmente os estudos e 1 milhão de jovens de 15 a 19 anos estavam fora do sistema escolar (Pepe, 2004).

A categoria de exclusão tem uma dimensão econômica. Significa que não recebem salários ou recebem muito esporadicamente, tendo assim sérias dificuldades de sobrevivência. Significa que não conseguem iniciar uma vida laboral e, por conseguinte, não têm condições de passar por experiências de aprendizagem e crescimento produtivo. Ao mesmo tempo, sua rede de possíveis relacionamentos estreita-se preocupantemente, dado que o trabalho é um lugar fundamental para nutri-la.

A tudo isso se junta uma circunstância fundamental. Os jovens estão em pleno processo de garantir sua auto-estima. A marginalização social vai diretamente contra ela. Em lugar de ser fortalecida, ela fica enfraquecida. Isso gera problemas psíquicos, de conduta e de relacionamento.

Num rigoroso trabalho sobre os efeitos da desocupação prolongada, o prêmio Nobel de economia Robert Solow (1995) assinala que os economistas convencionais erram quando a analisam como um mero problema de ajuste da oferta e da procura. Supõem que os que querem trabalho insistirão, baixarão suas pretensões salariais cada vez mais e, finalmente, a oferta e a demanda se encontrarão. Solow mostra que, na verdade, as pessoas sofrem e se retraem do mercado de trabalho porque têm medo de ser rejeitadas, em momentos em que sua auto-estima já está muito fragilizada. Elas se afastam até mesmo socialmente para não se sentirem envergonhadas e diminuídas diante de grupos sociais cujos membros têm trabalho.

No caso dos jovens, todos esses efeitos são acentuados. Eles estão iniciando a constituição de personalidades integradas, e a exclusão os priva dos estímulos, aprendizagens e reconhecimento necessários e atenta contra sua integridade psicológica e mesmo contra sua dignidade.

Os jovens marginais urbanos ficam “isolados”. A isso se soma, com freqüência, o enfraquecimento que ocorre no núcleo familiar. Como foi visto, a pobreza incide sobre a geração de famílias desarticuladas.

Sem modelos de referência e identidade fortes no nível familiar e de trabalho, ficam expostos para se deparar nas ruas com outros jovens que se encontram em situações semelhantes.

Estudos sobre as gangues de delinqüentes juvenis que se expandiram em diversos países centro-americanos e reúnem centenas de milhares de jo-

vens, informam que, quando perguntados sobre o motivo por que se imiscuem em grupos que levam uma vida desregrada e perigosa, costumam responder que é o único lugar da sociedade em que são admitidos.

A exclusão social, juntamente com a desarticulação familiar, coloca um setor da juventude da América Latina numa situação de “jovens encurralados”, que pode impelir sua inserção no mundo das gangues e do crime e transformá-los em vítimas propícias para as máfias da droga.

É fundamental ver a origem do problema, e não apenas seus sintomas finais, para poder enfrentá-lo adequadamente. Um relatório do Unicef e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2004b), produto de observações de campo na Guatemala, El Salvador e Honduras, nos previne desse aspecto.

O relatório chama a atenção para a informação tendenciosa da mídia em relação às gangues, o que produz uma estigmatização social generalizada dos meninos, meninas e adolescentes pobres de vários países da América Central. Diz o relatório também que essa manipulação tendenciosa gera medo e rejeição na opinião pública, que se traduz em estigmatização e discriminação social das crianças e dos adolescentes pobres.

É assinalado ainda que “as políticas estatais sobre essa questão devem ser dirigidas à satisfação de necessidades fundamentais, à criação de oportunidades de vida e relacionadas aos direitos civis e políticos, incluindo o direito a um julgamento justo”. Ressalta que muitos dos integrantes das quadrilhas pertencem às camadas mais pobres da população, não tendo acesso à educação, alimentação, habitação, saúde, segurança pessoal, proteção familiar e possibilidades de trabalho. Descreve-se também que “perante tal situação alguns optam por incorporar-se às gangues em busca de proteção, apoio e respeito. Logo tendem a viver juntos em comunidades urbanas com o objetivo declarado de se cuidar e se defender mutuamente”. Reclama, finalmente, que “esse problema não pode ser abordado unicamente pela perspectiva da segurança pública”.

Em outro contexto, outra expressão diferente de juventude excluída — “os piqueteiros”, na Argentina — exprime a necessidade profunda de atacar as causas últimas de sua situação, reivindicando numa recente passeata em Buenos Aires (Pepe, 2004): “Trabalho genuíno para a juventude, programas de capacitação laboral e de alfabetização, reinserção escolar, trabalho comunitário, bolsas de estudos e restaurantes e passagens para transporte para que os jovens possam estudar”.

Os jovens do campo

A situação do jovem rural costuma ser outra expressão dos “becos sem saída”. Como já foi mencionado, as taxas de pobreza rural da América Latina superam amplamente as da urbana. Por outro lado, os jovens rurais começam a

trabalhar antes que os urbanos. Isso influencia suas possibilidades educacionais. Os níveis de evasão e repetência escolar são mais altos. A escolaridade média é reduzida. As taxas de desocupação rural são mais altas ainda do que as urbanas.

A situação gera uma contínua expulsão dos jovens para as cidades, onde sua inserção é muito difícil por causa da sua escassa bagagem educacional e porque suas experiências são muito diferentes das competências exigidas nos mercados de trabalho urbanos.

As mães adolescentes

As taxas de fecundidade adolescente da América Latina são superiores às médias internacionais. A fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos de idade era, no início dos anos 1990, de 82 a 84 por mil contra 50 por mil no nível mundial, e 10 por mil na Espanha. Teria diminuído posteriormente, mas continua sendo muito alta em termos comparativos.

A incidência maior ocorre nas camadas mais pobres da população. Entre os 25% mais pobres da população da América Latina, um de cada três nascimentos origina-se de mãe adolescente. Nas áreas rurais, essa proporção é ainda maior: 40%.

Existe também uma alta correlação entre baixa escolaridade e propensão à maternidade adolescente. Entre as jovens urbanas de menos de seis anos de escolaridade o índice médio de 1/3 sobe para 40%.

Há um círculo perverso em ativo funcionamento por trás dessa outra modalidade de “beco sem saída”. As jovens pobres com escolaridade muito limitada têm mais probabilidades de ficar grávidas quando adolescentes. Entre outros aspectos, suas insuficiências educacionais limitam seus recursos para evitar e prevenir a gravidez. Ser uma mãe adolescente leva ao abandono dos estudos, o que reduz bastante as chances de trabalho. As mães adolescentes pobres têm de 25% a 30% menos tempo de escolaridade que as jovens pobres de mesma idade.

Por outro lado, o perfil familiar que formam é de grande fragilidade. Seus cônjuges com freqüência as abandonam e também não dividem as despesas da gravidez e do parto. Os casamentos não chegam a ocorrer. Ficam como famílias incompletas e mães solteiras.

As jovens voltam, nessas condições, à família de origem afetada pela pobreza, ou se transformam em mães pobres sozinhas e chefas do lar. Saíram da pobreza e voltam a condições que tornam muito difícil superá-la. O círculo se fecha.

A transmissão da pobreza entre as gerações

O passo mais elementar para melhorar as condições de vida de uma geração para outra está no progresso educacional. A educação não assegura a inserção no mercado de trabalho quando ele tem as características do latino-americano. Dessa forma, estima-se que em 2002, ainda entre o grupo de jovens de 15 a 29 anos de idade com mais de 13 anos de escolaridade, 19% trabalhavam em empregos de baixa produtividade. No entanto, mesmo que não seja garantido, um nível de escolaridade de pelo menos 12 anos aparece como condição imprescindível. É uma condição básica da “empregabilidade”.

Na América Latina das últimas décadas observa-se uma grande rigidez nas camadas mais pobres, que impede que os jovens possam superar as limitadas conquistas educativas dos adultos. Apenas um de cada cinco jovens de pais que não completaram a educação primária consegue terminá-la; os outros quatro não. Reproduzem as carências dos pais. Isso vai pesar severamente no seu futuro. Calcula-se que entre 72% e 96% das famílias em situação de pobreza e pobreza extrema vêm de lares em que os pais tiveram menos de nove anos de estudo.

Há, assim, de fato, uma “armadilha de ferro”. A pobreza familiar leva, como já foi visto, ao trabalho precoce, à evasão, à repetência, ao baixo rendimento escolar, que, por sua vez, significarão que os jovens acumularão um patrimônio educacional muito reduzido, não superior ao do seu entorno familiar anterior, criando de fato condições para que o mesmo ciclo continue nas famílias que serão formadas.

Apenas políticas públicas agressivas que enfrentem diretamente as desigualdades na educação podem atacar um problema com essas características. Por exemplo, aquela que o Ministério da Educação da Argentina termina de adotar ao empreender um grande programa de alfabetização que propõe, a curto prazo, ensinar a ler e a escrever os 700 mil analfabetos que existem no país, entre os quais se incluem amplos setores de jovens, empregando recursos dinâmicos e os caminhos que possam ser os mais indicados para chegar a cada um deles, entre os quais modalidades que conciliem o processo de aprendizagem com a necessidade de trabalhar.

Enfrentando os mitos sobre os jovens

A possibilidade de encarar quadros problemáticos como os referidos e, em geral, de abrir espaço às potencialidades dos jovens latino-americanos requer, no primeiro caso, um olhar que se aproxime dos jovens, com o intuito de compre-

ender as suas singularidades, sem marginalizá-las, e procure identificar as causas estruturais dos problemas.

O olhar usual tem apresentado uma tendência à não-inclusão na agenda pública dos problemas básicos, a não ser quando prejudicam significativamente outras áreas de tal agenda, e esse olhar foi formado ao raciocinar sobre os jovens em termos de certos “mitos” generalizantes e sem evidências que permitam constatá-los. Eles obscurecem o caminho e impedem realmente a compreensão do que sucede aos jovens da América Latina, e esclarecê-los parece ser um caminho inevitável para dar pleno espaço a políticas e propostas renovadoras. Vejamos alguns deles.

Primeiro mito. Não têm preocupações

Um mito de ampla circulação é aquele que diz que os jovens de hoje não “têm preocupações” e por isso recebem denominações como desinteressados, superficiais, frívolos. O suposto vazio de preocupações é comparado com o das gerações anteriores, e apenas fica a esperança de que talvez quando forem adultos a situação possa mudar.

O mito, como costuma suceder a construções dessa ordem, não faz grandes desagregações. Inclui os jovens de todas as condições sociais e características. Podem diferir muito, mas esse seria um traço uniforme da “juventude de hoje”, como costumam chamá-la.

Entre as referências mais usuais para justificar esse mito há a menção à pouca participação política, ao pouco interesse cultural, à avidez por vivências imediatas.

Estudos de campo sobre a juventude da América Latina demonstram que a situação real é muito mais complexa. Indicam que boa parte da sociedade da região desconfia da política, a qual perdeu a credibilidade. Os jovens estão à frente dessa incredulidade. Isso tem a ver com as mesmas causas que a sociedade apresenta, entre as quais o distanciamento entre as promessas eleitorais e as realidades, as práticas clientelistas, as denúncias de corrupção e outros fatores. É natural que os jovens sejam os primeiros a se rebelar contra essa situação.

Por outro lado, a própria problemática da juventude tem tido uma representatividade muito limitada na política, e a inclusão de líderes realmente expressivos dos jovens tende a ser restringida. Há necessidade de práticas políticas novas, inspiradoras e presididas pela ética, para voltar a atrair o interesse juvenil. Quando elas surgem, o interesse emerge.

Pesquisas mostram que setores importantes dos jovens canalizam sua participação efetiva para outras áreas. Há um aumento da associatividade religiosa e da geração de novas formas de associatividade no espaço virtual, assim como de modalidades de relacionamento de tipo informal.

Por outro lado, algumas expressões culturais, como, por exemplo, a música, têm uma excepcional capacidade de atrair os jovens. Normalmente, por meio de músicos que representam seus sentimentos, a maior parte dos casos, também jovens. Também o esporte é um campo muito procurado.

A suposta falta de preocupações esconde muitas vezes uma busca por causas válidas. Quando elas estão presentes, os jovens aparecem. Isso é muito perceptível no voluntariado. Nele, o jovem tem uma meta clara, cumprir o preceito bíblico fundamental da solidariedade, é possível atingir objetivos concretos num curto lapso de tempo e com transparência. Dirigentes e participantes são movidos pelos mesmos motivos. As organizações costumam ser abertas e ter grande horizontalidade.

Quando há propostas voluntárias significativas que chegam diretamente até eles, os jovens latino-americanos têm demonstrado grande receptividade. Encabeçaram nos últimos anos a cruzada contra a fome no Brasil, de Betinho, a qual reuniu mais de 60 milhões de pessoas; a ação da Caritas na Argentina, de 2000 a 2002, contra a pobreza, que deu proteção a 3 milhões de pessoas, tendo 150 mil voluntários; o programa Serviço País, no Chile, e em toda a extensão do continente, onde não apenas participaram de grandes organizações de ajuda, mas também geraram silenciosamente, em muitos casos sem apoio algum, inúmeras redes e organizações de base.

Segundo mito. Não querem esforçar-se

Segundo o mito, a juventude de hoje estaria inclinada ao “facilismo”: assim que são requeridos maiores esforços, as tarefas são recusadas. Também não são inclinados a ser empreendedores, inovar, tomar iniciativas. Preferem a vida sem exigências. Seus fracassos seriam devidos, em grande parte, a características como essas. As gerações anteriores, pelo contrário, estavam dispostas a todos os sacrifícios.

Com base em raciocínios dessa ordem, a responsabilidade pelos problemas de integração e progresso econômico da juventude recairia sobre os próprios jovens. Deixam de ser problemas estruturais de mau funcionamento da economia e da sociedade e passam a ser frutos das condutas disfuncionais de um grupo ou de seus componentes.

Quando é comparado com fatos, o mito parece muito frágil. Em diversos países da América Latina, as gerações anteriores se desenvolveram nos anos 1950 e 1960 em sociedades com vários problemas, mas em crescimento e com grande mobilidade social. O estudo era um caminho magnífico para o progresso pessoal. Representava também uma inserção econômica significativa. As pequenas e médias empresas eram factíveis em mercados em crescimento e havia políticas estatais que as protegiam. As profissões liberais tinham um campo crescente perante a classe média que se ampliava. O Estado estava em expansão e o emprego público era um atrativo interessante.

Nos anos 1980 e 1990 os jovens encontraram um ambiente muito diferente. Economias que tinham a tendência a se dualizar com setores em modernização acelerada e com muitos outros em retrocesso. Processos de desindustrialização, como o que se deu em países como a Argentina. Quebra maciça de pequenas e médias empresas, concentração financeira e econômica. Forte redução do papel e da dimensão do Estado, cujo quadro de pessoal encolheu constantemente, até significar, no ano 2000, quase a metade em termos proporcionais com o dos países desenvolvidos (Carlson e Payne, 2002). Uma grave polarização social, que gerou, entre outros impactos, uma redução de proporções nos mercados internos, fechando caminhos a diversos profissionais liberais. Uma contração da classe média e dos salários.

Em muitos países, a incipiente ou significativa mobilidade social foi substituída por uma rigidez social pronunciada e por processos de mobilidade social decadente, que deram origem a uma nova classe social: “os novos-pobres”.

As possibilidades de acumular patrimônio educacional de qualidade também se polarizaram, como já foi observado.

Nesse ambiente, atribuir sucessos e fracassos a supostos traços quase congênitos de inclinação ao esforço ou à passividade não corresponde à realidade. Causas estruturais criaram para a grande maioria dos jovens uma restrição muitíssimo severa às oportunidades. Os empregos gerados foram proporcionalmente muito poucos, e os setores beneficiados pela polarização optaram facilmente por eles por suas vantagens competitivas.

Amplos setores de jovens não tiveram oportunidade de provar se estavam dispostos a se esforçar e gerar iniciativas. A economia não abriu espaço para eles.

Terceiro mito. São conflituosos

Nas sociedades da América Latina circula a imagem de que os jovens são desordeiros, com condutas em muitos casos censuráveis, basicamente imprevisíveis. É como se tivéssemos que “ter cuidado” com eles.

A isso é acrescentada a percepção, no caso dos jovens pobres, de que seriam “suspeitos em potencial”. Poderiam chegar a ter condutas delituosas facilmente.

Essa mensagem, basicamente de desconfiança, contamina as políticas, as atitudes e o comportamento para com os jovens em sala de aula, no mercado de trabalho, no trato das instituições públicas e em vários aspectos da vida cotidiana. Os jovens, por sua vez, pressentem esse cenário e se ressentem profundamente. A imagem, como todos os mitos, não vai além de descrições muito generalizadas, não explora como estão vivendo os jovens em nossas sociedades nesse tempo histórico, e, em virtude disso, que condutas podem ser esperadas deles. Ficam os sintomas e referências normalmente casuísticas, sem aprofundamento.

O jovem latino-americano tem, como foi visto, motivos fundados para estar “tenso”. Está imerso em sociedades que não aceitam como importantes os seus problemas, e não lhe é dado lugar na agenda pública. Tem que fazer o impossível, renunciando com freqüência à sua vocação natural, a fim de adaptar-se ao mercado de trabalho. Deixar de lado preocupações e ilusões para estudar o que “vende”, o que é “vendável”, mesmo se estiver muito distante daquilo que o comove e motiva. Nem sequer essa renúncia lhe permite garantir inserção. Como foi visto, seus índices de desocupação são muito superiores aos que existem em geral.

A tudo isso se soma o olhar de desconfiança e desvalorização. Tudo isso o converte numa espécie de cidadão de categoria inferior.

Esse hábitat gera fortes tensões. É praticamente normal que não aceite se tornar um ser “totalmente ajustado” a essas condições lesivas. Que expresse rebeldia de diversos modos. Em muitos casos não aceita o plano de vida que essas condições sociais deram a ele. Busca sair dele e encontrar espaços mais amplos de liberdade.

Nas áreas onde encontra condições mais sadias, como sua família, responde, como se viu nas pesquisas, com afeto e carinho e mostra seus sentimentos íntimos, valorizando profundamente esse ambiente e comprometendo-se com ele.

O olhar de desconfiança transforma-se num de suspeita no caso dos jovens pobres. Um líder indígena jovem da Quebrada de Humauaca (região localizada na província de Jujuy, no nordeste da Argentina) exemplificava essa forma de manifestação com um crime não tipificado que ele chamou de “o crime de ser portador da sua cara”. Apenas o fato de ser indígena acarretava um tratamento preconceituoso da polícia: pedidos de documentos, interrogatórios e outras formas de discriminação.

Certamente, as taxas de criminalidade juvenil têm aumentado na América Latina. O mito generaliza, associa criminalidade à pobreza, estigmatiza os mais desfavorecidos. Além disso, também nesse caso não se investigam com profundidade os fatores que podem gerar essa situação.

Existem diversos tipos de criminalidade na América Latina. Há a criminalidade dos bairros organizados do narcotráfico, seqüestro, roubo de automóveis, cumplicidade entre policiais e marginais. Tudo isso deve merecer a mais energética resposta da sociedade. A sociedade deve se defender desses grupos.

Mas há uma grande taxa de criminalidade jovem, de adolescentes e crianças, que se inicia com pequenos delitos, ligados à luta mais elementar pela sobrevivência. Tem seu campo fértil nos jovens encerrados, que estão fora da escola e do mercado de trabalho, que não têm oportunidades.

Há correlações estatísticas estreitas com três causas básicas: altas taxas de desemprego juvenil, famílias desarticuladas e baixos níveis de escolaridade. A exclusão laboral as promove. A família é básica. É provavelmente a maior unidade preventiva do delito que há numa sociedade. Se funciona, transmite por meio do exemplo diário os códigos éticos que vão ser decisivos na vida do jovem. Os estudos comparados coincidem nas conclusões em realidades muito diferentes (EUA, Uruguai), em que 2/3 dos jovens delinqüentes vêm de famílias desarticuladas, com apenas um dos cônjuges como chefe. Por outro lado, quando aumenta o nível de escolaridade, reduz-se a criminalidade.

O mito que apena de antemão os jovens pobres, e não os entende, nem quer fazê-lo, reforça apenas um caminho, a “mão de ferro”. Ela conduziu em diversas realidades da América Latina a um aumento considerável dos gastos com segurança pública e privada e a uma superpopulação nas prisões, as quais, por sua vez, são, com freqüência, como foi denunciado reiteradamente, não um espaço de reabilitação, mas de deterioração quase selvagem. Elas não reformam os jovens, mas os degradam muito mais.

Nem o maior investimento em segurança, nem o aumento de jovens nas prisões reduziram as taxas de delinquência. Não mexem em suas causas estruturais.

O mito atua para muitos jovens pobres como a “profecia que se auto-realiza”. Condena-os, por meio da discriminação, a exclusões severas, torna-os vulneráveis ao delito, depois aplica a eles políticas de repressão extrema, até torná-los, já degradados e quase sem saída possível, presa fácil para os bairros.

Buscando soluções

Foram reconstruídos aspectos centrais do contexto em que vive a juventude latino-americana atualmente. O que pode ser feito em relação a isso? Muitíssimo.

simo, se forem superados os mitos, se houver uma investigação aprofundada das causas reais dos problemas e se elas forem atacadas. Os jovens da América Latina não são nem isentos de preocupações, nem carentes de interesse em trabalhar, nem violentos. Têm um potencial imenso, que sobressai quando são criadas condições propícias. O essencial é gerá-las.

A primeira questão que se abre é a de que as políticas públicas e a sociedade devem incluir a juventude como tema fundamental da grande agenda nacional. Isso não está ocorrendo. Analisando os resultados dos estudos sobre as políticas para a juventude aplicadas na região andina, na Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, Ballesteros (1999) assinala que elas demonstram “o atraso com que o Estado incluiu o tema da juventude em sua estrutura institucional e de adoção de políticas, a orientação vertical e paternalista que sobressai na maior parte delas, o conteúdo elitista e seletivo que persiste em algumas das políticas”.

Incorporar o tema da juventude num lugar central será útil para os jovens, mas também fundamental para construir um modelo de desenvolvimento sustentável e equilibrado na América Latina. Existe um consenso crescente segundo o qual esse modelo deve ter como objetivos básicos o enfrentamento da pobreza e a redução das desigualdades, que constituem uma de suas causas principais.

A luta pela igualdade não é abstrata. Deve ser mantida em questões concretas. Os jovens são, como se viu neste trabalho, quase o epicentro das grandes desigualdades características da região.

São, assim, aqueles que, tendo enorme potencial para as novas tecnologias e formas organizacionais, sofrem com taxas maiores de desocupação, aqueles que, tendo todas as motivações para estudar, não conseguem completar o ensino médio por causa das restrições do contexto; aqueles que, desejosos de vida e projetos, apresentam índices de mortalidade desproporcionais por causa da violência. Seus índices de Gini de acesso a mercados de trabalho, à terra, à educação de qualidade são dos mais baixos da sociedade.

Melhorar as oportunidades para eles é uma forma muito prática de impactar um ponto nevrálgico da desigualdade latino-americana.

Isso não será conseguido com ações espetaculares, que em nada mudam as condições objetivas estruturais. Os informes sobre a juventude da região andina prevêem muito bem (Ballesteros, 1999): “Deve acabar a etapa de resultados imediatistas e impressionáveis, onde o que interessa é a execução de um programa pelo programa e não a possibilidade de transformação do próprio sujeito”.

É necessário criar um grande pacto nacional em torno da juventude. Uma combinação de esforços entre as políticas públicas, que devem ter um

papel central como representantes da sociedade, da empresa privada, das igrejas, das universidades, das organizações básicas da sociedade civil e de todos os agentes sociais.

Entre outros aspectos estratégicos, será necessário fortalecer, mediante políticas sistemáticas de proteção ao seu desenvolvimento, a instituição familiar, ambiente básico de formação dos jovens, refúgio, como foi visto em confidências, lugar de alguns de seus afetos mais queridos.

Por outro lado, é preciso reduzir substancialmente a evasão e a repetência escolar e estender consideravelmente a escolaridade jovem. As graves brechas de desigualdade devem ser enfrentadas e deve-se ampliar uma educação de boa qualidade. Para isso são necessários instrumentos que estejam de acordo com as realidades, estabelecer um sistema escolar formal, aberto a diferentes idades e situações. É significativo o sucesso que começam a ter modalidades como as escolas de reingresso para jovens desertores, clubes de jovens e escolas abertas.

Esta última experiência, patrocinada pela Unesco no Brasil, realizada primeiramente em São Paulo e depois em outras cidades pelas instâncias educacionais correspondentes, que se encontra agora em processo de generalização para todo o país por seus excelentes resultados, mostra muito bem as grandes possibilidades.

O programa da escola aberta abre a escola das regiões mais carentes nos fins de semana para as crianças, jovens e suas famílias, e lhes oferece atividades culturais de toda ordem, esportivas, aprendizado de profissões. Rompendo com todas as suposições de falta de preocupações, milhões de jovens aderiram a esse programa, as taxas de evasão foram reduzidas, diminuiu a violência na escola, e, entre outros resultados, os jovens tiveram um novo carinho pela escola. Mostraram mais uma vez que, quando há propostas sérias, transparentes e de acordo com suas reais necessidades, eles respondem.

É preciso trabalhar na área da saúde com um enfoque específico para os jovens, atacando frontalmente sua agenda de saúde, que, como foi visto, tem suas próprias especificidades.

O campo do trabalho é crucial. É fundamental assegurar ao jovem a oportunidade de um primeiro emprego. Reduzir rapidamente esse índice, de tantas consequências, de jovens que não trabalham nem estudam. São necessárias idéias imaginativas em que a política pública catalise energias de toda a sociedade. Mostrando a amplíssima gama de possibilidades, um informe especializado (Celade-Cepal, 2000) sugere, entre outras: sistemas mais efetivos de formação profissional, programas específicos de capacitação laboral para jovens vindos de lares pobres, serviços de emprego, iniciativas locais de emprego.

O voluntariado pode ser um canal muito importante para convocar e mobilizar a juventude da América Latina. Não deve ser visto como uma atividade marginal, mas como um campo aberto que desenvolva sistematicamente, por meio de políticas públicas ativas, alianças sociais amplas e uma valorização contínua do papel que pode desempenhar na sociedade. Programas como Faça Parte, no Brasil, que promove sua prática sistemática nas escolas, e o Serviço País, no Chile, que é realizado com os jovens formados nas universidades, mostram caminhos nessa direção.

O voluntariado é ao mesmo tempo uma alternativa indiscutível para canalizar potencialidades juvenis, um contexto construtivo de vinculação social e uma escola de líderes. Estudos internacionais concluem que cidadãos que, quando adultos, são ativos e integrados a todo tipo de atividades participaram normalmente quando adolescentes e jovens de organizações voluntárias (Youniss et al., 1997).

O desenvolvimento de líderes nas organizações voluntárias aparece como um campo estratégico-chave, como mostram os promissores resultados obtidos pelo Programa Regional de Liderança e Desenvolvimento Social da Fundação Kellogg. Essa experiência pioneira, enfocada em líderes jovens de organizações voluntárias de base, com ampla inclusão dos setores indígenas, trabalhadores, mulheres, afro-americanos e outros, encontrou um patrimônio social formidável. Apostar nesses líderes por meio de metodologias participativas, como faz esse inovador programa, é um rumo de trabalho fundamental para o futuro.

Esses e muitos outros cursos de ação necessários são viáveis. Assim demonstram os progressos nas sociedades que começaram a implementá-los. Desde já devem se empenhar em esforços gerais mais amplos de reforma estrutural. A América Latina, um continente tão pleno de possibilidades econômicas e envolvido em um processo tão positivo de democratização, não pode ter os níveis de pobreza e desigualdade que a caracterizam. A América Latina atual desperdiça o potencial produtivo de quase metade de sua população e dos seus jovens por meio da exclusão social.

A cidadania reivindica de forma cada vez mais ativa reformas profundas que democratizem a economia, que abram oportunidades produtivas para todos e conduzam a uma inclusão social universal.

Um proeminente filósofo contemporâneo, Charles Taylor (1995), argumenta em seu difundido livro sobre a “ética da autenticidade” que no mundo contemporâneo é observada uma desilusão quanto à vida em vastos setores jovens. Em sua opinião, isso está relacionado a vários fatores. Um deles é a perda do “sentido heróico da vida”, de fazer coisas em conjunto por metas de interesse coletivo; outro, que deixou de ser discutido os últimos fins da existência, os

objetivos éticos que dão sentido a ela. Tudo se concentra numa discussão sobre tecnologias e consumos por meio da mídia, e a mídia tem tido a tendência de se tornar um fim em si mesma, deslocando esses últimos fins. Isso gera confusão e desalento nos jovens. Em terceiro lugar, há tendências muito fortes em direção à fragmentação e ao isolamento. Todos esses males culturais se encontram presentes na América Latina, e a juventude é, efetivamente, particularmente sensível a eles. Se a sua singularidade é aceita, se compreendermos que o que querem é justamente causas em que se recupere esse sentido heróico, fins éticos claros, modelos de referência pessoais que signifiquem condutas éticas, re-composição da sociabilidade, e se lhes são facilitadas condições familiares, educacionais, de saúde, de trabalho, que reconstruam seu contexto de oportunidades, podem-se esperar resultados assombrosos.

A juventude da América Latina está sedenta de ideais e ainda não disse ao continente o que tem para dizer.

Referências bibliográficas

- ABDALA, E. *Jóvenes, educación y empleo en América Latina*. Uruguai: Cinterfor, OIT, 2002.
- BALLESTEROS, E. B. *Políticas de juventud en América Latina: evaluación y diseño. Análisis de casos nacionales en países de la región andina*. Lima, 1999.
- BANCO MUNDIAL. *Desigualdad en América Latina: ¿ruptura con la historia?* Washington, 2004.
- BID (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO). *Relatório sobre o progresso econômico e social*. 1998.
- CARLSON, I.; PAYNE, J. M. *Estudo comparativo de estatísticas de emprego público em 26 países da América Latina e do Caribe*. Diálogo regional de políticas. Washington: BID, 2002.
- CASTILLO, E. *Situação atual dos jovens no Panamá*. Conselho Nacional da Juventude do Panamá. Panamá, 2004.
- CELADE-CEPAL. *Juventud, población y desarrollo: problemas, posibilidades, y desafíos*. Santiago, 2000.
- CEPAL. Organización Iberoamericana de Juventud. *A juventude em Iberoamérica: tendências e urgências*. Santiago, 2004.
- CIPPEC (CENTRO DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EQÜIDADE E O CRESCIMENTO). *Estudo sobre educação nas províncias argentinas*. Buenos Aires, 2004.
- CLARÍN. Piqueteros realizan una bicicletada por los jóvenes. Buenos Aires, 28 dez. 2004.

FILGUEIRA, A. P. *América Latina: los rostros de la pobreza y sus causas determinantes*. Santiago: Celade-Cepal, 2004.

KAZTMAN, R. Marginalidad e integración social en Uruguay. *Revista da Cepal*, Santiago, n. 62, 1997.

LA NACIÓN. Hay chicos que tienen que pelear su lugar. Buenos Aires, dez. 2004.

PEPE, O. Sucedió este año. *Clarín*, Buenos Aires, 28 dez. 2004.

PNUD. *Índice de desenvolvimento municipal no México*. México, 2004.

REYES, J. C. Apresentação. In: Conferencia Iberoamericana de Ministros de la Juventud, 12. *Anales...* México, 2004.

SEN, A. *Poverty and famines*. Oxford: Clarendon Press, 1981.

SOLOW, Robert. Mass Unemployment as a social problem. In: BASU, K.; PATTANAIK, P.; SUZUMURA, K. *Choice, Welfare and development: a festschrift in honor of Amartya K. Sen*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

TAUSK, J. *Pesquisa sobre efeitos psicológicos do desemprego*. Universidade de Buenos Aires, Faculdade de Psicologia, 2002.

TAYLOR, Charles. *The ethics of authenticity*. Boston: Harvard Univeristy Press, 1995.

TOKMAN, V. E. Jóvenes, formación y empleabilidad. El trabajo de los jóvenes en el post-ajuste latinoamericano. *Boletín Técnico Latinoamericano de Formación Profesional*, n. 139-140, abr./set. 1997.

UNICEF. *Igualdade com dignidade: para novas formas de atuação com as crianças indígenas na América Latina*. 2004a.

———. Comisión Interamericana de Dereitos Humanos. *Relatório sobre visitas de observação a Guatemala, El Salvador e Honduras*. 2004b.

VEGA, J. et al. *Desafío a la falta de equidad en salud*. Washington: OPS, Fundação Rockefeller, 2003.

YOUNISS, J. J. et al. What we know about engendering civic identity. *American Behavioral Scientist*, Mar./Apr. 1997.